

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 76.026 - RS (2016/0244094-8)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
RECORRENTE : FERNANDO ANTONIO GUIMARAES HOURNEAUX DE MOURA
ADVOGADOS : DANIEL LAUFER - PR032484
MARIA FRANCISCA DOS SANTOS ACCIOLY - PR044119
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM **HABEAS CORPUS**. OPERAÇÃO "LAVA-JATO". PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE INIDONEIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. QUEBRA DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA E RISCO À APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTOS VÁLIDOS A AMPARAR A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. RECURSO DESPROVIDO.

I - Não há óbice em se decretar a prisão preventiva no ensejo da prolação de sentença condenatória, quando presentes os requisitos legais. Possibilidade que ressaí evidente do art. 387, par. 1º, do Código de Processo Penal.

II - A existência de dados concretos, relacionados ao comportamento pretérito do acusado, somado à sua disponibilidade de recursos financeiros, são hábeis a revelar que a sua colocação em liberdade implicaria em riscos para a aplicação da lei penal, por isso que viabilizada a prisão preventiva sob este fundamento, máxime se decretada na sentença condenatória.

III - A quebra das obrigações assumidas pelo acusado-colaborador, em si mesma, não faz despontar os requisitos da prisão preventiva, quando estes, em nenhum momento precedente, fizeram-se presentes, nos casos em que o acordo celebrou-se com réu que ostentava a condição de liberdade.

IV - Hipótese diversa, em que a celebração do acordo de colaboração premiada houve de ensejar a concessão da liberdade provisória a acusado que se encontrava preso, fundada numa inequívoca expectativa de que dar-se-ia escorrito o cumprimento do acordado.

V - No âmbito do acordo de colaboração premiada, conforme delineado pela legislação brasileira, não é lícita a inclusão de cláusulas concernentes às medidas cautelares de cunho pessoal, e, portanto, não é a partir dos termos do acordo que se cogitará da concessão ou não de liberdade provisória ao acusado que, ao celebrá-lo, encontre-se preso preventivamente. Segundo a dicção do art. 4º, da Lei 12850/2013, a extensão do acordo de colaboração limita-se a aspectos relacionados com a imposição de pena futura, isto é, alude-se à matéria situada no campo do direito material, e não do processo.

VI - Nos casos em que a liberação do acusado derivou da expectativa fundada de que, com o acordo, haveria de prestar a colaboração a que se incumbiu, não se exclui, verificadas as particularidades da situação, possa-se restabelecer a segregação

Superior Tribunal de Justiça

cautelar.

VII - Será de avaliar-se, em cada caso, a extensão do olvido com que se houve o colaborador, frente aos termos do acordo, porquanto não é apenas a circunstância de seu descumprimento que determinará a retomada da prisão preventiva, quando essa foi afastada à conta de sua celebração.

VIII - Nos casos em que a intensidade do descumprimento do acordo de colaboração mostrar-se relevante, a frustração da expectativa gerada com o comportamento túbio do colaborador permite o revigoramento da segregação cautelar, mormente quando seu precedente afastamento deu-se pelo só fato da promessa homologada de colaboração.

Recurso ordinário desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 06 de outubro de 2016 (Data do Julgamento).

Ministro Felix Fischer

Relator

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 76.026 - RS (2016/0244094-8)

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO FELIX FISCHER: Trata-se de recurso em **habeas corpus**, interposto por FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HORNEAUX DE MOURA, contra acórdão do eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

'''OPERAÇÃO LAVA-JATO'. HABEAS CORPUS. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. MOMENTO. ART. 387, § 1º DO CPP.

PROVA DA MATERIALIDADE E DE AUTORIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS. CORRUPÇÃO. CARTEL DE LICITAÇÕES. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. LAVAGEM DE DINHEIRO. COMPLEXO ENVOLVIMENTO DO CRIMINOSO. ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA. REVOGAÇÃO. RESTAURAÇÃO DO STATUS QUO ANTE.

1. A prisão provisória é medida rigorosa que, no entanto, se justifica nas hipóteses em que presente a necessidade, real e concreta, para tanto.

*2. Para a decretação da prisão preventiva é imprescindível a presença do *fumus commissi delicti*, ou seja, prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, bem como do *periculum libertatis*, risco à ordem pública, à instrução ou à aplicação da lei penal.*

3. A complexidade e as dimensões das investigações relacionadas com a denominada 'Operação Lava-Jato', os reflexos extremamente nocivos decorrentes da infiltração de grande grupo criminoso em sociedade de economia mista federal, bem como o desvio de quantias nunca antes percebidas, revela a necessidade de releitura da jurisprudência até então intocada, de modo a estabelecer novos parâmetros interpretativos para a prisão preventiva, adequados às circunstâncias do caso e ao meio social contemporâneo aos fatos.

4. Havendo prova da participação do paciente em crimes de 'corrupção' e de 'lavagem de capitais', todos relacionados com fraudes em contratos públicos dos quais resultaram vultosos prejuízos a sociedade de economia mista e, na mesma proporção, em seu enriquecimento ilícito e de terceiros, justifica-se a decretação da prisão preventiva, para a garantia da ordem pública (STJ/HC nº 302.604/RP, Rel. Ministro Newton Trisotto, Quinta Turma, julg. 24/11/2014).

5. As prisões preventivas podem ser decretadas em qualquer momento, na fase de inquérito, no curso ação penal ou, ainda, quando proferida sentença, a teor do art. 387, § 1º do Código de Processo Penal.

6. A liberdade concedida em razão de acordo de colaboração

Superior Tribunal de Justiça

premiada não esvazia os requisitos e fundamentos para a decretação da prisão preventiva, mas apenas os minimiza, diante da concordância expressa do colaborador de auxiliar na apuração dos ilícitos e de se submeter à jurisdição criminal.7. Revogado o acordo de colaboração, extinguem-se os benefícios e as obrigações ajustadas entre as partes, podendo a prisão preventiva ser restabelecida quando ainda presentes os requisitos e pressupostos para tanto.

8. A teor do art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal, é indevida a aplicação de medidas cautelares diversas, quando a segregação encontra-se justificada na periculosidade social do denunciado, dada a probabilidade efetiva de continuidade no cometimento da grave infração denunciada (RHC 50.924/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 23/10/2014).

9. Ordem de habeas corpus denegada" (fls. 743-744).

O recorrente alega, em síntese, que a decretação de sua prisão preventiva, no ensejo da sentença condenatória, não atendeu aos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, bem como que não se afigura idôneo, para a segregação cautelar, o fundamento de quebra do acordo de delação premiada.

Pondera que: "*no artigo 312 do Código de Processo Penal nem tampouco em qualquer outra disposição normativa há a previsão legal de que eventual violação de acordo de delação premiada seja motivo suficiente e automático para a decretação de prisão preventiva. Da decisão guerreada, podemos extrair 3 conclusões: (i) o paciente foi preso por quebrar o acordo de delação premiada (o que a defesa não admite e já interpôs o recurso correto para ver restabelecer tal pacto), (ii) o paciente foi preso porque SUPOSTAMENTE não teria pago a multa imposta no acordo e (iii) porque teria dito que teria fugido do Brasil por conta do processo do mensalão que sequer ele fora investigado. Em outras palavras, o paciente está com a sua liberdade segregada como uma vingança do Estado pois teria ele mentido e descumprido um pacto premiado. Assim, claramente se verificou que a segregação cautelar era indevida, ilegal e desproporcional e que merecia ser revista" (fls. 773-774).*

Ainda, aduz que durante os seis meses que permaneceu em liberdade não se envolveu em qualquer ato que justificasse a prisão preventiva, bem como que seria desproporcional vincular-se a virtual quebra do acordo de colaboração premiada com a

Superior Tribunal de Justiça

imposição da segregação.

Em consequência, pede o recorrente o provimento do recurso, a fim de que seja colocado em liberdade, com ou sem a imposição de medidas cautelares.

O recurso foi admitido (fls. 804-805).

O parecer da d. Subprocuradoria-Geral da República é pelo conhecimento e desprovimento do recurso (fls. 976-991).

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 76.026 - RS (2016/0244094-8)

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO "LAVA-JATO". PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE INIDONEIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. QUEBRA DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA E RISCO À APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTOS VÁLIDOS A AMPARAR A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. RECURSO DESPROVIDO.

I - Não há óbice em se decretar a prisão preventiva no ensejo da prolação de sentença condenatória, quando presentes os requisitos legais. Possibilidade que ressaí evidente do art. 387, par. 1º, do Código de Processo Penal.

II - A existência de dados concretos, relacionados ao comportamento pretérito do acusado, somado à sua disponibilidade de recursos financeiros, são hábeis a revelar que a sua colocação em liberdade implicaria em riscos para a aplicação da lei penal, por isso que viabilizada a prisão preventiva sob este fundamento, máxime se decretada na sentença condenatória.

III - A quebra das obrigações assumidas pelo acusado-colaborador, em si mesma, não faz despontar os requisitos da prisão preventiva, quando estes, em nenhum momento precedente, fizeram-se presentes, nos casos em que o acordo celebrou-se com réu que ostentava a condição de liberdade.

IV - Hipótese diversa, em que a celebração do acordo de colaboração premiada houve de ensejar a concessão da liberdade provisória a acusado que se encontrava preso, fundada numa inequívoca expectativa de que dar-se-ia escorreito o cumprimento do acordado.

V - No âmbito do acordo de colaboração premiada, conforme delineado pela legislação brasileira, não é lícita a inclusão de cláusulas concernentes às medidas cautelares de cunho pessoal, e, portanto, não é a partir dos termos do acordo que se cogitará da

concessão ou não de liberdade provisória ao acusado que, ao celebrá-lo, encontre-se preso preventivamente. Segundo a dicção do art. 4º, da Lei 12850/2013, a extensão do acordo de colaboração limita-se a aspectos relacionados com a imposição de pena futura, isto é, alude-se à matéria situada no campo do direito material, e não do processo.

VI - Nos casos em que a liberação do acusado derivou da expectativa fundada de que, com o acordo, haveria de prestar a colaboração a que se incumbiu, não se exclui, verificadas as particularidades da situação, possa-se restabelecer a segregação cautelar.

VII - Será de avaliar-se, em cada caso, a extensão do olvido com que se houve o colaborador, frente aos termos do acordo, porquanto não é apenas a circunstância de seu descumprimento que determinará a retomada da prisão preventiva, quando essa foi afastada à conta de sua celebração.

VIII - Nos casos em que a intensidade do descumprimento do acordo de colaboração mostrar-se relevante, a frustração da expectativa gerada com o comportamento tívio do colaborador permite o revigoramento da segregação cautelar, mormente quando seu precedente afastamento deu-se pelo só fato da promessa homologada de colaboração.

Recurso ordinário desprovido.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO FELIX FISCHER: Cuida-se de recurso em **habeas corpus**, no qual o recorrente alega, em resumo, que a decretação de sua prisão preventiva, **no ensejo da sentença condenatória**, não atendeu aos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, bem como que não se afigura idôneo, para a segregação cautelar, o fundamento consistente na **quebra do acordo de delação premiada**.

A decisão profligada, ademais, invoca outro argumento, para efeito da

Superior Tribunal de Justiça

determinação da prisão preventiva, qual seja o **asseguramento de aplicação da lei penal**.

De início, observa-se que **não há óbice em se decretar a prisão preventiva no ensejo da prolação da sentença condenatória**, quando presentes os requisitos legais. Tal possibilidade ressaí evidente do art. 387, par. 1º, do Código de Processo Penal, que estabelece:

"Art. 387. O juiz, ao proferir sentença condenatória:

[...]

§ 1º O juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta".

Na espécie, **há dois fundamentos autônomos** para a segregação cautelar. Início pelo exame daquele consistente no **asseguramento da aplicação da lei penal**.

O recorrente foi condenado a uma pena de **dezesseis anos e dois meses de reclusão**, e, ao proferir a sentença, a respeito deste ponto, aduziu o juiz de primeiro grau que:

"[...] vislumbra-se risco à aplicação da lei penal. Houve no acordo promessa de devolução do produto do crime, de cerca de cinco milhões de reais, o que até o momento, apesar dos alegados esforços, não ocorreu. Mas, principalmente, o próprio condenado, em seu interrogatório judicial, revelou que, em momento anterior, diante de seu receio em ser implicado no assim denominado escândalo do Mensalão, deixou o Brasil, foragindo-se no exterior entre 2005 e 2013, conforme confessado nos itens 776 e 790, retro.

927. Considerando o comportamento processual pretérito, há um risco concreto de que, diante da violação do acordo e pela negativa de benefícios, venha novamente refugiar-se no exterior, já que agora a perspectiva de sofrer sanção penal é muito mais concreta do que anteriormente. Para tanto, dispõe o condenado dos meios necessários, pois o produto do crime sequer foi devolvido, além das conexões internacionais já estabelecidas na fuga anterior" (fl. 339).

A referência não é desprovida de importância. Com a decretação da prisão preventiva realizada em sentença, e, portanto, afirmada a responsabilidade criminal do acusado, ainda que em decisão suscetível de recurso, devem-se levar em conta as suas particularidades para avaliar-se o risco de evasão, tendente a empecer a aplicação da lei penal. É que **a presunção de inocência se vê mitigada a partir da primeira decisão condenatória**, ainda que do juiz de primeiro grau.

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, **se a sentença condenatória de primeira instância não abalasse a presunção de inocência**, ou seja, se diante do ato jurídico sentença condenatória e o artigo 5º, LVII da Constituição Federal, o que se assentasse fosse a inocência, e não a culpabilidade afirmada pelo juiz, **a ausência de recurso a essa mesma sentença não poderia ensejar a execução da pena.**

Prolatada que seja, entretanto, a sentença condenatória, se nada for feito pelo condenado, isto é, mantido o estado de inércia, o que se tem é a produção do efeito dessa mesma sentença, que afirmava a culpabilidade e determinava a execução da pena.

No caso concreto, as referências constantes da decisão, sobre ter o **recorrente refugiado-se no exterior em momento pretérito, quando tramitava outra ação penal em que poderia restar implicado**, adquire consistência e mostra-se **inequivocamente relevante** para delinear a necessidade da segregação cautelar.

Sobre este aspecto, portanto, **correta** a referência do v. acórdão recorrido, ao apontar que:

"Há registro na ação penal de que o paciente admitiu ter se ausentado do país entre os anos de 2005 e 2013, pelo receio de ser implicado na Ação Penal nº 470/STF, como participante do grupo coordenado por José Dirceu de Oliveira e Silva.

Reforça tal risco a constatação de que os valores recebidos pelo paciente, a título de propina, não terem sido recuperados ainda. Reconheceu o magistrado de origem, ao prolatar a sentença condenatória, que um total de R\$ 5.311.026,80 foi então repassado, na forma de doações declaradas nos anos de 2009 e 2010, pelos irmãos Milton e José Adolfo Pascowitch a Fernando Antônio Guimarães Hourneaux de Moura e a Olavo Hourneaux de Moura Filho e seus parentes.

Ora, a não recuperação de tais valores põe em risco a aplicação da lei penal, ainda que a revogação do acordo de colaboração tenha desobrigado o paciente da reparação do dano em razão daquele vínculo obrigacional" (fl. 739).

No julgamento do recurso em **habeas corpus** n. 73.114/MG, realizado em setembro do ano em curso, da relatoria do em. Min. **Jorge Mussi**, ficou consignado que: *"não há ilegalidade na manutenção da prisão preventiva quando demonstrado, com base em fatores concretos, que a segregação se mostra necessária, dada a gravidade da conduta incriminada, bem como em razão do efetivo risco de se furtar à futura aplicação da lei penal".*

Superior Tribunal de Justiça

É o que sucede nos autos, em que **dados concretos**, relacionados ao comportamento passado do recorrente, somado à sua disponibilidade de recursos financeiros, estão a revelar que a sua colocação em liberdade implicaria em riscos para a aplicação da lei penal.

Ademais, **há outro fundamento para a prisão preventiva do recorrente.**

O quadro fático subjacente à espécie é o seguinte: o recorrente, **até então preso preventivamente** no âmbito da designada Operação "Lava-Jato", **celebrou acordo de colaboração premiada**, em razão do qual **obteve a concessão de sua liberdade**. No ensejo da sentença, o magistrado de primeiro grau considerou ter havido **violação, pelo recorrente, do acordo de colaboração**, e, em consequência, **decretou a sua prisão preventiva.**

As seguintes passagens da sentença condenatória explicam a controvérsia, **verbis:**

"924. No caso presente, tendo sido solto Fernando Antônio Guimarães Hourneaux pelo esvaziamento do risco à ordem pública em decorrência da colaboração, com o reconhecimento, pelo MPF e na sentença, da violação, por ele, do acordo, deve ser restabelecido o status quo ante, ou seja renovada a prisão.

925. Nessa fase, pela condenação por crimes de corrupção passiva, lavagem e pertinência a grupo criminoso, há certeza da prática dos crimes, ainda que a sentença esteja sujeita a recursos, não se tratando mais de conclusão com base em cognição sumária.

[...]

928. Assim sendo, Fernando Antônio Guimarães Hourneaux de Moura deverá responder preso cautelarmente em eventual fase recursal, motivo pelo qual com base nos arts. 312 e 387, §1, do CPP, restabeleço e decreto a prisão preventiva dele" (fl. 339).

A questão sobre saber-se se o descumprimento do acordo de colaboração premiada, só por si, autorizaria a decretação da prisão preventiva, não é isenta de controvérsia.

Evidentemente, **há casos em que o acordo de colaboração celebrar-se-á com acusados que não estejam em situação de prisão preventiva**, ou sob a restrição de alguma medida cautelar e, **nessas hipóteses, parece idôneo supor que os corolários do**

Superior Tribunal de Justiça

descumprimento do acordo restringir-se-ão à não obtenção dos benefícios acertados quando de sua formulação. Quer dizer, a quebra das obrigações assumidas pelo acusado-colaborador, em si mesma, não faz despontar os requisitos da prisão preventiva, quando estes, em nenhum momento precedente, fizeram-se presentes.

De outra parte, **em algumas situações, a realização do acordo de colaboração não infirmará os requisitos tendentes à manutenção da prisão preventiva,** estando o acusado recolhido, **de maneira que, não obstante sua celebração, haverá de subsistir a medida cautelar.** Noutros termos, **não há uma relação necessária entre a celebração do acordo de colaboração e a colocação em liberdade do acusado.**

Segundo se depreende, todavia, nenhuma dessas hipóteses concerne ao que sucedeu no presente caso.

Na espécie, após a homologação do acordo de colaboração havido entre o Ministério Público Federal e o recorrente, houve, de parte do primeiro, isto é, do Ministério Público Federal, requerimento autônomo, em favor da **concessão de liberdade provisória** ao recorrente, o qual foi acatado pelo magistrado singular. A razão expressa foi a de que, em virtude do acordo, esvaziar-se-iam os requisitos, no caso, até então tidos como hábeis para fundamentar a segregação cautelar.

Sobre tal ponto específico, aludiu-se na sentença que:

"923. Há quem, equivocadamente, interprete a decretação da preventiva seguida da revogação após o acordo um indicativo de que prisão cautelar estaria sendo utilizada para forçar confissão e colaboração. Nada mais errado. Decreta-se a prisão preventiva, a pedido, quando presentes os requisitos legais do art. 312 do CPP, boa prova de autoria e materialidade conjugada com algum risco, como de reiteração delitiva em um contexto de corrupção sistêmica. Não obstante, a celebração, depois da prisão cautelar, tem o efeito prático de usualmente esvaziar os riscos que levaram à decretação da medida. Com efeito, por exemplo, se a prisão cautelar é decretada para evitar a risco à instrução, é difícil mantê-la após confissão e colaboração. Mesmo se decretada após risco à ordem pública, a colaboração pode eventualmente esvaziar o risco, já que representa o rompimento pelo preso de seu pacto com a associação criminosa, esvaziando ou diminuindo as chances de reiteração" (fls. 338-339).

Realmente, **não se poderia conceber aceitável a pretérita decretação de prisão preventiva, com a finalidade de angariar a vontade do acusado para o acordo**

Superior Tribunal de Justiça

de colaboração. Sobre isso, o Supremo Tribunal Federal, no **habeas corpus** n. 127.186/PR, sendo relator o Min. **Teori Zavascki** (DJe de 3/8/2015), assentou que: "*[...] seria extrema arbitrariedade - que certamente passou longe da cogitação do juiz de primeiro grau e dos Tribunais que examinaram o presente caso, o TRF da 4- Região e o Superior Tribunal de Justiça - manter a prisão preventiva como mecanismo para extrair do preso uma colaboração premiada, que, segundo a Lei, deve ser voluntária (Lei 12.850/13, art. 4º, caput e § 6º). Subterfúgio dessa natureza, além de atentatório aos mais fundamentais direitos consagrados na Constituição, constituiria medida medievalesca que cobriria de vergonha qualquer sociedade civilizada*".

Não é disso que se cuida neste caso.

Pois, de outra parte, **não se pode retirar do acusado a possibilidade de celebração do acordo de colaboração, pela razão de que esteja preso.** Neste sentido, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal, no **habeas corpus** 127.483, relatado pelo em. Min. **Dias Toffoli**:

"requisito de validade do acordo é a liberdade psíquica do agente, e não a sua liberdade de locomoção.

A declaração de vontade do agente deve ser produto de uma escolha com liberdade (= liberdade psíquica), e não necessariamente em liberdade, no sentido de liberdade física.

Portanto, não há nenhum óbice a que o acordo seja firmado com imputado que esteja custodiado, provisória ou definitivamente, desde que presente a voluntariedade dessa colaboração.

Entendimento em sentido contrário importaria em negar injustamente ao imputado preso a possibilidade de firmar acordo de colaboração e de obter sanções premiais por seu cumprimento, em manifesta vulneração ao princípio da isonomia".

A celebração do acordo de colaboração premiada, nas particularidades da situação do recorrente, houve de ensejar, seja pelo Ministério Público Federal, que formulou o pedido, seja pelo magistrado singular, que o deferiu, **a concessão da liberdade provisória, fundada numa inequívoca expectativa de que se daria por escorrido o cumprimento do acordado.** A frustração da expectativa, como é evidente, decorreu da **conduta específica do recorrente,** bem enunciada no v. acórdão recorrido, **verbis:**

Superior Tribunal de Justiça

"2.6. Nessa linha, não pode passar despercebido que o acordo foi revogado por fato imputado ao próprio paciente, que faltou com a verdade em três oportunidades, deixando dúvidas se pretende inclusive se submeter à condenação imposta na Ação Penal nº 5045241-84.2015.4.04.7000/PR.

[...]

As sucessivas modificações nos depoimentos foram pormenorizadamente abordadas na sentença (item 773 a 807), afirmando acertadamente a autoridade coatora que como um colaborador sem credibilidade nada de fato colabora, deve ser negado a ele, posição esta também do Ministério Público Federal, qualquer benefício de redução de pena. Agregue-se que sua colaboração consistia basicamente em seus depoimentos, pois ele não providenciou elementos probatórios materiais de suas alegações. Como seus depoimentos não servem como elemento probatório em decorrência de seu comportamento processual, não tem direito a qualquer benefício. Não faz diferença a prometida indenização do dano decorrente do crime, pois até o momento, trata-se de mera promessa, além do que ela, por si só, não autorizaria a concessão dos benefícios da colaboração premiada" (fls. 739-740).

Não é inusual, em nosso sistema processual, que o descumprimento de obrigações assumidas pelo acusado, que se encontrava preso e alcança a liberdade, impliquem no corolário da retomada de sua segregação. Nas hipóteses de substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas, como, por exemplo, o mero comparecimento periódico perante o juízo do processo, será mesmo a ausência da presença do acusado, nas apresentações a que se comprometeu, que dará fundamento à retomada da cautelar mais grave, como seja a prisão, a teor do art. 312, par. único, do Código de Processo Penal. O inadimplemento de fiança, e, em certos casos, o mero afastamento do domicílio, num caso de fixação de prisão domiciliar, igualmente convergiriam para o restabelecimento da segregação preventiva, em cujo lugar tiverem-se fixados tais outras cautelares.

Tanto mais razoável se afigura o alvitre quando, em inequívoco **contempt of court**, viola, o acusado colaborador, o "*compromisso legal de dizer a verdade*", que lhe é imposto pelo art. 4º, par. 12, da Lei 12850/2013.

Que o **acordo de colaboração premiada esteja habilitado a ensejar obrigações processuais ao colaborador** é algo reconhecido pela doutrina, que alude à necessidade de assegurar-se que, uma vez assumida a postura colaborativa com a autoridade judiciária, tenha-se por garantida "*sua seriedade e a manutenção dessa via ao longo do procedimento persecutório, disciplina indispensável não apenas para conferir*

Superior Tribunal de Justiça

responsabilidade ao sujeito que decidiu prévia e livremente, depois de ser advertido das obrigações resultantes, [...] mas também, para além disso, como forma de tutelar a confiabilidade do MP na manutenção da estratégia processual que irá desenvolver na persecução da organização criminosa" (VALDEZ PEREIRA, Frederico. **Delação Premiada: legitimidade e procedimento**, 3^a ed. Curitiba: Juruá, 2016, p. 142).

Reitere-se que, **no âmbito do acordo de colaboração, no modo como delineado pela legislação brasileira, não é lícita a inclusão de cláusulas concernentes às medidas cautelares de cunho pessoal, e, portanto, não é a partir dos termos do acordo que se cogitará da concessão ou não de liberdade provisória ao acusado que, ao celebrá-lo, encontre-se preso preventivamente.** A razão disso é que, na dicção do art. 4º, da Lei 12850/2013, **a extensão do acordo de colaboração limita-se a aspectos relacionados com a imposição de pena futura, isto é, alude-se à matéria situada no campo do direito material, e não do processo.**

Isto não obstante, parece indubitoso inferir que tem razão **RUGA RIVA**, que tratou **ex professo** sobre o tema da delação premiada, ao aduzir que **a expectativa de revogação da custódia cautelar tem se apresentado, na prática judiciária, como um fator importante a incentivar numerosos acusados a declararem fatos cometidos por outros**, ainda que disso decorram críticas, que são, cabe dizer, de todos conhecidas ("*l'aspettativa di revoca della custodia cautelare in carcere hanno rivestito nella prassi un ruolo importante nell'incentivare (o, secondo i critici, nell'indurre indebitamente) numerosi coimputati a rendere dichiarazioni sul fatto altrui*". RUGA RIVA, Carlo. **Il premio per la collaborazione processuale**. Milano: Dott. A. Giuffrè, 2002, p. 258-259).

Segundo o seu ponto de vista, que dá conta da evolução da legislação italiana a este respeito, deve-se evitar que a colaboração, ou a ausência de colaboração, sejam, em si, consideradas como efeito automático, incidente sobre o **status libertatis** do acusado (RUGA RIVA, Carlo. **Il premio per la collaborazione processuale**. Milano: Dott. A. Giuffrè, 2002, p. 260-263), e é por isso que **não se mostraria idônea uma disciplina normativa que determinasse, tout court, após a celebração do acordo de colaboração, a concessão de liberdade provisória ao réu.**

Superior Tribunal de Justiça

Seja como for, **nos casos em que a liberação do acusado derivou da expectativa fundada de que, com o acordo, haveria de prestar a colaboração a que se incumbiu, não se exclui, verificadas as particularidades da situação, possa-se restabelecer a segregação cautelar**, máxime porque a assunção de obrigações pelo réu, no acordo, está a indicar que depois de ter adotado uma conduta reprovável, propenderá a uma conduta conforme ao Direito, a qual, mostrando-se idônea, permitir-lhe-á uma redução de pena ou mesmo a sua elisão ("*dopo aver tenuto una condotta riprovata (difforme), pone in essere una contro-condotta (conforme), che in base a criteri diversi viene giudicata idonea a diminuire o eventualmente elidere la pena prevista per il male commesso*") (RUGA RIVA, Carlo. **Il premio per la collaborazione processuale**. Milano: Dott. A. Giuffrè, 2002, p. 07-08).

Será de cogitar-se, **em cada caso, a extensão do olvido com que se houve o colaborador, frente aos termos do acordo**, em ordem a afirmar-se que **não é apenas a circunstância de seu descumprimento que determinará a retomada da prisão preventiva, quando essa foi afastada à conta de sua celebração**. Nos casos, porém, em que a **intensidade do descumprimento mostrar-se relevante**, como sucedeu na espécie, a **frustração da expectativa gerada com o comportamento tívio do colaborador permite o revigoramento da segregação cautelar**, mormente quando seu precedente afastamento deu-se pelo só fato da promessa homologada de colaboração.

Em conclusão, **mostrando-se idôneos, no caso, os dois fundamentos erigidos como tendentes à decretação da prisão preventiva**, quais sejam, o **asseguramento da aplicação da lei penal e a revitalização da prisão preventiva, à guisa do descumprimento dos termos do acordo de colaboração premiada**, não se há de cogitar de constrangimento ilegal ou abusividade na decretação da segregação cautelar.

Do mesmo modo, **mostram-se insuficientes as medidas cautelares diversas**, previstas no art. 319 do Código de Processo, seja pelas razões evidenciadas no v. acórdão combatido, seja em razão da particular peculiaridade de que, no caso, contra o recorrente já foi proferida sentença condenatória.

Diante do exposto, **nego provimento ao recurso**.

É o voto.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
QUINTA TURMA**

Número Registro: 2016/0244094-8

RHC 76.026 / RS
MATÉRIA CRIMINAL

Números Origem: 00012014 00034277620144036181 00108802520144036181 00227824120144025101
200670000186628 200870000115461 200970000032420 450294578120164040000
450392192420164040000 50001307720154047000 50001402420154047000
50001965720154047000 50002502320154047000 50002546020154047000
50002606720154047000 50002728120154047000 50003824620164047000
50004469020154047000 50005288720164047000 50007713120164047000
50008028520154047000 50008284920164047000 50009523220164047000
50011117220164047000 50011804120154047000 50012419620154047000
50012488820154047000 50012531320154047000 50012644220154047000
50012782620154047000 50012809320154047000 50012817820154047000
50012939220154047000 50013008420154047000 50013025420154047000
50013050920154047000 50013077620154047000 50013155320154047000
50013241520154047000 50013276720154047000 50013354420154047000
50013389620154047000 50013415120154047000 50013467320154047000
50013475820154047000 50013528020154047000 50014388520144047000
50014431020144047000 50014466220144047000 50014613120144047000
50014676720164047000 50015026120154047000 50015802120164047000
50019697920114047000 50022387920154047000 50022465620154047000
50022829820154047000 50022880820154047000 50023017020164047000
50024198020154047000 50024206520154047000 50024258720154047000
50024267220154047000 50024275720154047000 50025156120164047000
50025632020164047000 50026740420164047000 50026767120164047000
50026905520164047000 50026914020164047000 50027636120154047000
50027705320154047000 50032174120154047000 50032251820154047000
50032580820154047000 50034114120154047000 50034122620154047000
50034353520164047000 50034556020154047000 50034573020154047000
50034581520154047000 50034738120154047000 50034969020164047000
50035084120154047000 50035144820154047000 50035300220154047000
50035595220154047000 50036102920164047000 50036821620164047000
50037307220164047000 50038695820154047000 50038704320154047000
50039171720154047000 50039324920164047000 50039718020154047000
50039766820164047000 50039775320164047000 50039856420154047000
50039881920154047000 50039986320154047000 50040246120154047000
50040340820154047000 50040359020154047000 50040376020154047000
50040384520154047000 50040393020154047000 50040419720154047000
50040428220154047000 50040436720154047000 50040445220154047000
50040462220154047000 50040470720154047000 50040488920154047000
50040497420154047000 50040505920154047000 50040514420154047000
50040522920154047000 50041180920154047000 50042047720154047000
50042234920164047000 50042575820154047000 50042592820154047000
50043092020164047000 50043675720154047000 50044628720154047000
50046314020164047000 50048378820154047000 50048387320154047000
50048721420164047000 50049322120154047000 50049608620154047000
50049799220154047000 50049841720154047000 50049885420154047000
50049963120154047000 50050006820154047000 50050023820154047000
50050327320154047000 50050722120164047000 50050959820154047000

Superior Tribunal de Justiça

50051513420154047000 50051678520154047000 50051715920144047000
50051816920154047000 50051869120154047000 50051911620154047000
50051980820154047000 50052041520154047000 50052093720154047000
50052760220154047000 50053436420154047000 50054484120154047000
50054890820154047000 50055361320144047001 50056923320164047000
50058967720164047000 50059001720164047000 50060867420154047000
50061747820164047000 50061802220154047000 50061837420154047000
50061854420154047000 50062059820164047000 50063300320154047000
50064198920164047000 50065644820164047000 50065896120164047000
50065973820164047000 50066017520164047000 50066172920164047000
50070867520164047000 50071188020164047000 50072897120154047000
50073269820154047000 50074010620164047000 50074568820154047000
50075304520154047000 50075390720154047000 50076387420154047000
50076981320164047000 50077359320144047005 50078560520154047000
50079008720164047000 50079435820154047000 50079923620144047000
50080336620154047000 50080397320154047000 50080414320154047000
50080518720154047000 50083982320154047000 50084043020154047000
50086659220154047000 50088838620164047000 50090893720154047000
50091453620164047000 50092998820154047000 50093471320164047000
50093734520154047000 50093847420154047000 50094436220154047000
50094640420164047000 50097909520154047000 50097943520154047000
50099168220144047000 50099303220154047000 50099728120154047000
50100013420154047000 50101099720144047000 50101197320164047000
50104031020144047208 50104375620164047000 50104790820164047000
50104915620154047000 50106341120164047000 50106690520154047000
50107138720164047000 50107678720154047000 50109546120164047000
50110654520164047000 50110671520164047000 50110715220164047000
50110732220164047000 50110773020144047000 50110775920164047000
50110784420164047000 50111150820154047000 50112066420164047000
50112323320144047000 50112420920164047000 50112788520154047000
50114789220154047000 50115460820164047000 50115556720164047000
50115671820154047000 50115759220154047000 50115929420164047000
50117083720154047000 50117092220154047000 50119266520154047000
50119364620144047000 50119416820144047000 50119442320144047000
50120123620154047000 50120917820164047000 50122554320164047000
50122814120164047000 50122831120164047000 50122987720164047000
50123004720164047000 50123232720154047000 50123310420154047000
50124003620154047000 50125813720154047000 50126177920154047000
50126957320154047000 50127078720154047000 50127181920154047000
50127571620154047000 50129702220154047000 50130046020164047000
50131949120144047000 50133414920164047000 50133614020164047000
50133691720164047000 50133856820164047000 50134055920164047000
50135955620154047000 50136759320104047000 50137384520154047000
50138723820164047000 50138891120154047000 50139064720154047000
50140164620154047000 50140733020164047000 50141897020154047000
50141902120164047000 50141949220154047000 50141983220154047000
50143833620164047000 50143842120164047000 50144032720164047000
50144154120164047000 50144304420154047000 50144555720154047000
50144746320154047000 50144970920154047000 50144989120154047000
50145006120154047000 50145594920154047000 50148005720144047000
50148761320164047000 50149019420144047000 50149648520154047000
50149986020154047000 50150011520154047000 50150895320154047000
50152558520154047000 50153314620144047000 50154876320164047000
50157148720154047000 50157260420154047000 50157304120154047000
50159105720154047000 50160603820154047000 50161955020154047000

Superior Tribunal de Justiça

50162284020154047000 50162327720154047000 50162361720154047000
50163652220154047000 50163704420154047000 50163748120154047000
50163773620154047000 50163782120154047000 50163895020154047000
50166836820164047000 50166926420154047000 50167105120164047000
50167186220154047000 50167965620154047000 50173488420164047000
50175811820154047000 50176354720164047000 50176484620164047000
50176946920154047000 50177122720144047000 50177662220164047000
50178401320154047000 50180047520154047000 50180399820164047000
50181473020164047000 50182792420154047000 50184793120154047000
50184870820154047000 50186188020154047000 50187734920164047000
50190032820154047000 50190110520154047000 50190145720154047000
50191640420164047000 50193012020154047000 50193523120154047000
50194111920154047000 50194143720164047000 50195012720154047000
50195431320144047000 50195962320164047000 50196294720154047000
50196355420154047000 50197065620154047000 50197279520164047000
50198214320164047000 50199516720154047000 50199877520164047000
50202261620154047000 50202279820154047000 50202288320154047000
50204776820144047000 50205198320154047000 50207302220154047000
50207484320154047000 50207545020154047000 50207588720154047000
50207691920154047000 50207761120154047000 50207909220154047000
50208012420154047000 50208081620154047000 50210220720154047000
50210942820144047000 50211722220144047000 50212971920164047000
50212980420164047000 50213007120164047000 50213682120164047000
50213708820164047000 50213734320164047000 50214626620164047000
50214667420144047000 50214748020164047000 50216214320154047000
50217528120164047000 50217837220144047000 50218229820164047000
50221000220164047000 50221797820164047000 50221823320164047000
50221927720164047000 50222848920154047000 50223977720144047000
50224384420144047000 50224456520164047000 50224462120144047000
50224592020144047000 50224895520144047000 50224923920164047000
50226639320164047000 50227464620154047000 50227651820164047000
50227660320164047000 50228657020164047000 50228694420154047000
50228755120154047000 50228798820154047000 50229096020144047000
50229225920144047000 50229228820164047000 50229306520164047000
50229401220164047000 50229408020144047000 50229477220144047000
50229546420144047000 50229999720164047000 50231214720154047000
50231353120154047000 50231621420154047000 50232660620154047000
50232748020154047000 50235787920154047000 50235804920154047000
50235825320144047000 50235951820154047000 50241191520154047000
50241267020164047000 50241613020164047000 50241621520164047000
50241656720164047000 50242517220154047000 50242808820164047000
50245017120164047000 50248342320164047000 50248986720154047000
50249113220164047000 50249416720164047000 50252210920144047000
50252785620164047000 50252837820164047000 50253034020144047000
50253042520144047000 50253593920154047000 50253960320144047000
50254335920164047000 50254486220154047000 50254612720164047000
50256059820164047000 50256743320164047000 50256767120144047000
50256870320144047000 50256922520144047000 50256957720144047000
50256991720144047000 50258354320164047000 50258475720164047000
50258479120154047000 50259405420154047000 50259474620154047000
50259783220164047000 50259887620164047000 50260242120164047000
50260378820144047000 50260667020164047000 50262128220144047000
50262430520144047000 50263029020144047000 50263871320134047000
50264177720154047000 50265034820154047000 50265485220154047000
50265490320164047000 50265522620144047000 50265586220164047000

Superior Tribunal de Justiça

50266218720164047000 50266438220154047000 50266556220164047000
50266631020144047000 50269474720164047000 50269803720164047000
50270023220154047000 50270188320154047000 50270196820154047000
50271804420164047000 50273002420154047000 50274223720154047000
50274930520164047000 50275785920144047000 50276455320164047000
50276853520164047000 50277714020154047000 50277754820134047000
50277977220144047000 50279373820164047000 50282893020154047000
50283083620154047000 50283230520154047000 50283427420164047000
50283444420164047000 50283825620164047000 50285566520164047000
50285592020164047000 50286089520154047000 50286992520144047000
50288338120164047000 50289844720164047000 50290751120144047000
50291459120154047000 50293843220144047000 50293984520164047000
50294484220144047000 50294492720144047000 50294519420144047000
50294536420144047000 50295084420164047000 50295937820164040000
50295938720164040 50297373820154047000 50297397120164047000
50297867920154047000 50298098820164047000 50299042120164047000
50299310420164047000 50299527720164047000 50301164220164047000
50301649820164047000 50301736020164047000 50301810820144047000
50301863020144047000 50301923720144047000 50301984420144047000
50304247820164047000 50305919520164047000 50306481620164047000
50307507220154047000 50308075620164047000 50308667820154047000
50308688220144047000 50308713720144047000 50308838020164047000
50308843620144047000 50309371720144047000 50310653720144047000
50311716220154047000 50312239220144047000 50313465620154047000
50313661320164047000 50314161020144047000 50314591020154047000
50314914920144047000 50315053320144047000 50315174720144047000
50315267220154047000 50315344920154047000 50315414120154047000
50315734620154047000 50316510620164047000 50317524320164047000
50318592420154047000 50319265220164047000 50319294120154047000
50321343620164047000 50321728220154047000 50322221120154047000
50323771420154047000 50324802120154047000 50325068220164047000
50325174820154047000 50325200320154047000 50325215120164047000
50325319520164047000 50325397220164047000 50325422720164047000
50325474920164047000 50325507220144047000 50325518620164047000
50327001920154047000 50328300920154047000 50328466020154047000
50330362320154047000 50330561420154047000 50331600620154047000
50331774220154047000 50331973320154047000 50333039220154047000
50333558820154047000 50336303720154047000 50337005420154047000
50338547220154047000 50342435720154047000 50345735420154047000
50347788320154047000 50352663820154047000 50353097220154047000
50353417720154047000 50355980520154047000 50356742920154047000
50358821320154047000 50358882020154047000 50359583720154047000
50361194720154047000 50361255420154047000 50363091020154047000
50364286820154047000 50365187620154047000 50365282320154047000
50367802620154047000 50368929220154047000 50370938420154047000
50375372020154047000 50375631820154047000 50378516320154047000
50391446820154047000 50392217720154047000 50392961920154047000
50394755020154047000 50395058520154047000 50396971820154047000
50399500620154047000 50400730420154047000 50400748620154047000
50400939220154047000 50400947720154047000 50400964720154047000
50401008420154047000 50401146820154047000 50402498020154047000
50404480520154047000 50404498720154047000 50407970820154047000
50416034320154047000 50417324820154047000 50418491020134047000
50418612420134047000 50422021620144047000 50422409120154047000
50423477220144047000 50423806220144047000 50423900920144047000

Superior Tribunal de Justiça

50424160720144047000 50425292420154047000 50426392320154047000
50426557420154047000 50426773520154047000 50429568920134047000
50430734620144047000 50430904820154047000 50430991020154047000
50431250820154047000 50431306420144047000 50431528820154047000
50431606520154047000 50431623520154047000 50431753420154047000
50433636120144047000 50435191520154047000 50439550820144047000
50439975720144047000 50440097120144047000 50440535620154047000
50440881620154047000 50444432620154047000 50444441120154047000
50444640220154047000 50446399320154047000 50448498120144047000
50448662020144047000 50449225320144047000 50449415920144047000
50449571320144047000 50449883320144047000 50450220820144047000
50451043920144047000 50451079120144047000 50451096120144047000
50451217520144047000 50452418420154047000 50454161520144047000
50454291420144047000 50454638620144047000 50454647120144047000
50454681120144047000 50454716320144047000 50454750320144047000
50454790620154047000 50454802520144047000 50455007920154047000
50455041920154047000 50455293220154047000 50458446020154047000
50458523720154047000 50458697320154047000 50458722820154047000
50458783520154047000 50458896420154047000 50458913420154047000
50459051820154047000 50459104020154047000 50459156220154047000
50459208420154047000 50459245820144047000 50459514120144047000
50459773920144047000 50459883420154047000 50460195420154047000
50461018520154047000 50461226120154047000 50461234620154047000
50461269820154047000 50461295320154047000 50462143920154047000
50462221620154047000 50462265320154047000 50462589220144047000
50462715720154047000 50463105420154047000 50463896720144047000
50466448820154047000 50466465820154047000 50467179420144047000
50467452820154047000 50467522020154047000 50467603120144047000
50467660420154047000 50467903220154047000 50467955420154047000
50468146020154047000 50468301420154047000 50468345120154047000
50468397320154047000 50468466520154047000 50470902820144047000
50470955020144047000 50471430920144047000 50472297720144047000
50473350520154047000 50473368720154047000 50473385720154047000
50473819120154047000 50473836120154047000 50474774320144047000
50474835020144047000 50474843520144047000 50475265020154047000
50475507820154047000 50475773220134047000 50477834620134047000
50478868220154047000 50479257920154047000 50479688420134047000
50480548420154047000 50480573920154047000 50480582420154047000
50480614720134047000 50480695320154047000 50481117320134047000
50482029520154047000 50482530920154047000 50483738620144047000
50484018820134047000 50484572420134047000 50485508420134047000
50485952020154047000 50486301420144047000 50486410920154047000
50486446120154047000 50486749620154047000 50487399120154047000
50487436520144047000 50487453520144047000 50487883520154047000
50487900520154047000 50488700320144047000 50489079320154047000
50489676620154047000 50489762820154047000 50490112220144047000
50490187720154047000 50490623320144047000 50491056720144047000
50491247320144047000 50491498620144047000 50491608120154047000
50491610320144047000 50491949020144047000 50492009720144047000
50492018220144047000 50492121420144047000 50492320520144047000
50492511120144047000 50492632520144047000 50492710220144047000
50492745420144047000 50494153920154047000 50494907820154047000
50495571420134047000 50495655420144047000 50495979320134047000
50497477420134047000 50497964720154047000 50498261920144047000
50498310720154047000 50498980620144047000 50499688620154047000

Superior Tribunal de Justiça

50500701120154047000 50501532720154047000 50502251420154047000
50502713720144047000 50505023020154047000 50505459820144047000
50507509320154047000 50507543320154047000 50507551820154047000
50507884220144047000 50507901220144047000 50508305720154047000
50509856020154047000 50509908220154047000 50511478920144047000
50512924820144047000 50513536920154047000 50513562420154047000
50513779720154047000 50513796720154047000 50519252520154047000
50520148220144047000 50520156720144047000 50520190720144047000
50520225920144047000 50520300220154047000 50520320620144047000
50523289120154047000 50523314620154047000 50527211620154047000
50527670520154047000 50527705720154047000 50528770420154047000
50529402920154047000 50529463620154047000 50529723420154047000
50531334420154047000 50532339620154047000 50533433220144047000
50533551220154047000 50536201420154047000 50536270620154047000
50536297320154047000 50536305820154047000 50537382420144047000
50537443120144047000 50537512320144047000 50537564520144047000
50537755120144047000 50537910520144047000 50538075620144047000
50538360920144047000 50538456820144047000 50539244720144047000
50541199520154047000 50541216520154047000 50541692420154047000
50542475220144047000 50543165020154047000 50543347120154047000
50545339320154047000 50546975820154047000 50547486920154047000
50548831820144047000 50549435420154047000 50549496120154047000
50551782120154047000 50554236620144047000 50556078520154047000
50556470420144047000 50556497120144047000 50557054120134047000
50557126220154047000 50557239120154047000 50561569520154047000
50562386320144047000 50562593920144047000 50562767520144047000
50563327420154047000 50564248620144047000 50565024620154047000
50565041620154047000 50565085320154047000 50569115620144047000
50569167820144047000 50569635220144047000 50570515620154047000
50570977920144047000 50571237720144047000 50571445320144047000
50571470820144047000 50571506020144047000 50571679620144047000
50571835020144047000 50571843520144047000 50573381920154047000
50573540720144047000 50574087020144047000 50575316820144047000
50576243120144047000 50577225020134047000 50577250520134047000
50579222320144047000 50580478820144047000 50580582020144047000
50580642720144047000 50581782920154047000 50581887320154047000
50582228220144047000 50585637420154047000 50586408320154047000
50588001120154047000 50588260920154047000 50589360820154047000
50591260520144047000 50594941420144047000 50596592720154047000
50607794220144047000 50608158420144047000 50608934420154047000
50609300820144047000 50609653120154047000 50614260320154047000
50614762920154047000 50615481620154047000 50615776620154047000
50615785120154047000 50617058620154047000 50617448320154047000
50621535920154047000 50622428220154047000 50622895620154047000
50625692720154047000 50625814120154047000 50626484020144047000
50629149020154047000 50630136020154047000 50630785520154047000
50630846220154047000 50631954620154047000 50631989820154047000
50634044920144047000 50637093320144047000 50640453720144047000
50641917820144047000 50642506620144047000 50648699320144047000
50649062320144047000 50651747720144047000 50652059720144047000
50654865320144047000 50655653220144047000 50657559220144047000
50657628420144047000 50657662420144047000 50658190520144047000
50658242720144047000 50662633820144047000 50662650820144047000
50662738220144047000 50673044020144047000 50673096220144047000
50679046120144047000 50680691120144047000 50690443320144047000

Superior Tribunal de Justiça

50695146420144047000 50695908820144047000 50697995720144047000
50701303920144047000 50704196920144047000 50706690520144047000
50709436620144047000 50713792520144047000 50716989020144047000
50720842320144047000 50724072820144047000 50724359320144047000
50725120520144047000 50728256320144047000 50734751320144047000
50736458220144047000 50736977820144047000 50744538720144047000
50750228820144047000 50750323520144047000 50754775320144047000
50762275520144047000 50763115620144047000 50782480420144047000
50783624020144047000 50784248020144047000 50785425620144047000
50789573920144047000 50793982020144047000 50795489820144047000
50796667420144047000 50798416820144047000 50798668120144047000
50813408720144047000 50816863820144047000 50822025820144047000
50823039520144047000 50832582920144047000 50833518920144047000
50833605120144047000 50833760520144047000 50834011820144047000
50838385920144047000 50840030920144047000 50840135320144047000
50841547220144047000 50843703320144047000 50850112120144047000
50850874520144047000 50851142820144047000 50856235620144047000
50856287820144047000 50856296320144047000 50856313320144047000
50861301720144047000 50862730620144047000 PR-00012014
PR-00227824120144025101 PR-200670000186628 PR-200870000115461
PR-200970000032420 PR-50001307720154047000 PR-50001402420154047000
PR-50001965720154047000 PR-50002502320154047000 PR-50002546020154047000
PR-50002606720154047000 PR-50002728120154047000 PR-50003824620164047000
PR-50004469020154047000 PR-50005288720164047000 PR-50007713120164047000
PR-50008028520154047000 PR-50008284920164047000 PR-50009523220164047000
PR-50011117220164047000 PR-50011804120154047000 PR-50012419620154047000
PR-50012488820154047000 PR-50012531320154047000 PR-50012644220154047000
PR-50012782620154047000 PR-50012809320154047000 PR-50012817820154047000
PR-50012939220154047000 PR-50013008420154047000 PR-50013025420154047000
PR-50013050920154047000 PR-50013077620154047000 PR-50013155320154047000
PR-50013241520154047000 PR-50013276720154047000 PR-50013354420154047000
PR-50013389620154047000 PR-50013415120154047000 PR-50013467320154047000
PR-50013475820154047000 PR-50013528020154047000 PR-50014388520144047000
PR-50014431020144047000 PR-50014466220144047000 PR-50014613120144047000
PR-50014676720164047000 PR-50015026120154047000 PR-50015802120164047000
PR-50019697920114047000 PR-50022387920154047000 PR-50022465620154047000
PR-50022829820154047000 PR-50022880820154047000 PR-50023017020164047000
PR-50024198020154047000 PR-50024206520154047000 PR-50024258720154047000
PR-50024267220154047000 PR-50024275720154047000 PR-50025156120164047000
PR-50025632020164047000 PR-50026740420164047000 PR-50026767120164047000
PR-50026905520164047000 PR-50026914020164047000 PR-50027636120154047000
PR-50027705320154047000 PR-50032174120154047000 PR-50032251820154047000
PR-50032580820154047000 PR-50034114120154047000 PR-50034122620154047000
PR-50034353520164047000 PR-50034556020154047000 PR-50034573020154047000
PR-50034581520154047000 PR-50034738120154047000 PR-50034969020164047000
PR-50035084120154047000 PR-50035144820154047000 PR-50035300220154047000
PR-50035595220154047000 PR-50036102920164047000 PR-50036821620164047000
PR-50037307220164047000 PR-50038695820154047000 PR-50038704320154047000
PR-50039171720154047000 PR-50039324920164047000 PR-50039718020154047000
PR-50039766820164047000 PR-50039775320164047000 PR-50039856420154047000
PR-50039881920154047000 PR-50039986320154047000 PR-50040246120154047000
PR-50040340820154047000 PR-50040359020154047000 PR-50040376020154047000
PR-50040384520154047000 PR-50040393020154047000 PR-50040419720154047000
PR-50040428220154047000 PR-50040436720154047000 PR-50040445220154047000
PR-50040462220154047000 PR-50040470720154047000 PR-50040488920154047000

Superior Tribunal de Justiça

PR-50040497420154047000 PR-50040505920154047000 PR-50040514420154047000
PR-50040522920154047000 PR-50041180920154047000 PR-50042047720154047000
PR-50042234920164047000 PR-50042575820154047000 PR-50042592820154047000
PR-50043092020164047000 PR-50043675720154047000 PR-50044628720154047000
PR-50046314020164047000 PR-50048378820154047000 PR-50048387320154047000
PR-50048721420164047000 PR-50049322120154047000 PR-50049608620154047000
PR-50049799220154047000 PR-50049841720154047000 PR-50049885420154047000
PR-50049963120154047000 PR-50050006820154047000 PR-50050023820154047000
PR-50050327320154047000 PR-50050722120164047000 PR-50050959820154047000
PR-50051513420154047000 PR-50051678520154047000 PR-50051715920144047000
PR-50051816920154047000 PR-50051869120154047000 PR-50051911620154047000
PR-50051980820154047000 PR-50052041520154047000 PR-50052093720154047000
PR-50052760220154047000 PR-50053436420154047000 PR-50054484120154047000
PR-50054890820154047000 PR-50055361320144047001 PR-50056923320164047000
PR-50058967720164047000 PR-50059001720164047000 PR-50060867420154047000
PR-50061747820164047000 PR-50061802220154047000 PR-50061837420154047000
PR-50061854420154047000 PR-50062059820164047000 PR-50063300320154047000
PR-50064198920164047000 PR-50065644820164047000 PR-50065896120164047000
PR-50065973820164047000 PR-50066017520164047000 PR-50066172920164047000
PR-50070867520164047000 PR-50071188020164047000 PR-50072897120154047000
PR-50073269820154047000 PR-50074010620164047000 PR-50074568820154047000
PR-50075304520154047000 PR-50075390720154047000 PR-50076387420154047000
PR-50076981320164047000 PR-50077359320144047005 PR-50078560520154047000
PR-50079008720164047000 PR-50079435820154047000 PR-50079923620144047000
PR-50080336620154047000 PR-50080397320154047000 PR-50080414320154047000
PR-50080518720154047000 PR-50083982320154047000 PR-50084043020154047000
PR-50086659220154047000 PR-50088838620164047000 PR-50090893720154047000
PR-50091453620164047000 PR-50092998820154047000 PR-50093471320164047000
PR-50093734520154047000 PR-50093847420154047000 PR-50094436220154047000
PR-50094640420164047000 PR-50097909520154047000 PR-50097943520154047000
PR-50099168220144047000 PR-50099303220154047000 PR-50099728120154047000
PR-50100013420154047000 PR-50101099720144047000 PR-50101197320164047000
PR-50104375620164047000 PR-50104790820164047000 PR-50104915620154047000
PR-50106341120164047000 PR-50106690520154047000 PR-50107138720164047000
PR-50107678720154047000 PR-50109546120164047000 PR-50110654520164047000
PR-50110671520164047000 PR-50110715220164047000 PR-50110732220164047000
PR-50110773020144047000 PR-50110775920164047000 PR-50110784420164047000
PR-50111150820154047000 PR-50112066420164047000 PR-50112323320144047000
PR-50112420920164047000 PR-50112788520154047000 PR-50114789220154047000
PR-50115460820164047000 PR-50115556720164047000 PR-50115671820154047000
PR-50115759220154047000 PR-50115929420164047000 PR-50117083720154047000
PR-50117092220154047000 PR-50119266520154047000 PR-50119364620144047000
PR-50119416820144047000 PR-50119442320144047000 PR-50120123620154047000
PR-50120917820164047000 PR-50122554320164047000 PR-50122814120164047000
PR-50122831120164047000 PR-50122987720164047000 PR-50123004720164047000
PR-50123232720154047000 PR-50123310420154047000 PR-50124003620154047000
PR-50125813720154047000 PR-50126177920154047000 PR-50126957320154047000
PR-50127078720154047000 PR-50127181920154047000 PR-50127571620154047000
PR-50129702220154047000 PR-50130046020164047000 PR-50131949120144047000
PR-50133414920164047000 PR-50133614020164047000 PR-50133691720164047000
PR-50133856820164047000 PR-50134055920164047000 PR-50135955620154047000
PR-50136759320104047000 PR-50137384520154047000 PR-50138723820164047000
PR-50138891120154047000 PR-50139064720154047000 PR-50140164620154047000
PR-50140733020164047000 PR-50141897020154047000 PR-50141902120164047000
PR-50141949220154047000 PR-50141983220154047000 PR-50143833620164047000

Superior Tribunal de Justiça

PR-50143842120164047000 PR-50144032720164047000 PR-50144154120164047000
PR-50144304420154047000 PR-50144555720154047000 PR-50144746320154047000
PR-50144970920154047000 PR-50144989120154047000 PR-50145006120154047000
PR-50145594920154047000 PR-50148005720144047000 PR-50148761320164047000
PR-50149019420144047000 PR-50149648520154047000 PR-50149986020154047000
PR-50150011520154047000 PR-50150895320154047000 PR-50152558520154047000
PR-50153314620144047000 PR-50154876320164047000 PR-50157148720154047000
PR-50157260420154047000 PR-50157304120154047000 PR-50159105720154047000
PR-50160603820154047000 PR-50161955020154047000 PR-50162284020154047000
PR-50162327720154047000 PR-50162361720154047000 PR-50163652220154047000
PR-50163704420154047000 PR-50163748120154047000 PR-50163773620154047000
PR-50163782120154047000 PR-50163895020154047000 PR-50166836820164047000
PR-50166926420154047000 PR-50167105120164047000 PR-50167186220154047000
PR-50167965620154047000 PR-50173488420164047000 PR-50175811820154047000
PR-50176354720164047000 PR-50176484620164047000 PR-50176946920154047000
PR-50177122720144047000 PR-50177662220164047000 PR-50178401320154047000
PR-50180047520154047000 PR-50180399820164047000 PR-50181473020164047000
PR-50182792420154047000 PR-50184793120154047000 PR-50184870820154047000
PR-50186188020154047000 PR-50187734920164047000 PR-50190032820154047000
PR-50190110520154047000 PR-50190145720154047000 PR-50191640420164047000
PR-50193012020154047000 PR-50193523120154047000 PR-50194111920154047000
PR-50194143720164047000 PR-50195012720154047000 PR-50195431320144047000
PR-50195962320164047000 PR-50196294720154047000 PR-50196355420154047000
PR-50197065620154047000 PR-50197279520164047000 PR-50198214320164047000
PR-50199516720154047000 PR-50199877520164047000 PR-50202261620154047000
PR-50202279820154047000 PR-50202288320154047000 PR-50204776820144047000
PR-50205198320154047000 PR-50207302220154047000 PR-50207484320154047000
PR-50207545020154047000 PR-50207588720154047000 PR-50207691920154047000
PR-50207761120154047000 PR-50207909220154047000 PR-50208012420154047000
PR-50208081620154047000 PR-50210220720154047000 PR-50210942820144047000
PR-50211722220144047000 PR-50212971920164047000 PR-50212980420164047000
PR-50213007120164047000 PR-50213682120164047000 PR-50213708820164047000
PR-50213734320164047000 PR-50214626620164047000 PR-50214667420144047000
PR-50214748020164047000 PR-50216214320154047000 PR-50217528120164047000
PR-50217837220144047000 PR-50218229820164047000 PR-50221000220164047000
PR-50221797820164047000 PR-50221823320164047000 PR-50221927720164047000
PR-50222848920154047000 PR-50223977720144047000 PR-50224384420144047000
PR-50224456520164047000 PR-50224462120144047000 PR-50224592020144047000
PR-50224895520144047000 PR-50224923920164047000 PR-50226639320164047000
PR-50227464620154047000 PR-50227651820164047000 PR-50227660320164047000
PR-50228657020164047000 PR-50228694420154047000 PR-50228755120154047000
PR-50228798820154047000 PR-50229096020144047000 PR-50229225920144047000
PR-50229228820164047000 PR-50229306520164047000 PR-50229401220164047000
PR-50229408020144047000 PR-50229477220144047000 PR-50229546420144047000
PR-50229999720164047000 PR-50231214720154047000 PR-50231353120154047000
PR-50231621420154047000 PR-50232660620154047000 PR-50232748020154047000
PR-50235787920154047000 PR-50235804920154047000 PR-50235825320144047000
PR-50235951820154047000 PR-50241191520154047000 PR-50241267020164047000
PR-50241613020164047000 PR-50241621520164047000 PR-50241656720164047000
PR-50242517220154047000 PR-50242808820164047000 PR-50245017120164047000
PR-50248342320164047000 PR-50248986720154047000 PR-50249113220164047000
PR-50249416720164047000 PR-50252210920144047000 PR-50252785620164047000
PR-50252837820164047000 PR-50253034020144047000 PR-50253042520144047000
PR-50253593920154047000 PR-50253960320144047000 PR-50254335920164047000
PR-50254486220154047000 PR-50254612720164047000 PR-50256059820164047000

Superior Tribunal de Justiça

PR-50256743320164047000 PR-50256767120144047000 PR-50256870320144047000
PR-50256922520144047000 PR-50256957720144047000 PR-50256991720144047000
PR-50258354320164047000 PR-50258475720164047000 PR-50258479120154047000
PR-50259405420154047000 PR-50259474620154047000 PR-50259783220164047000
PR-50259887620164047000 PR-50260242120164047000 PR-50260378820144047000
PR-50260667020164047000 PR-50262128220144047000 PR-50262430520144047000
PR-50263029020144047000 PR-50263871320134047000 PR-50264177720154047000
PR-50265034820154047000 PR-50265485220154047000 PR-50265490320164047000
PR-50265522620144047000 PR-50265586220164047000 PR-50266218720164047000
PR-50266438220154047000 PR-50266556220164047000 PR-50266631020144047000
PR-50269474720164047000 PR-50269803720164047000 PR-50270023220154047000
PR-50270188320154047000 PR-50270196820154047000 PR-50271804420164047000
PR-50273002420154047000 PR-50274223720154047000 PR-50274930520164047000
PR-50275785920144047000 PR-50276455320164047000 PR-50276853520164047000
PR-50277714020154047000 PR-50277754820134047000 PR-50277977220144047000
PR-50279373820164047000 PR-50282893020154047000 PR-50283083620154047000
PR-50283230520154047000 PR-50283427420164047000 PR-50283444420164047000
PR-50283825620164047000 PR-50285566520164047000 PR-50285592020164047000
PR-50286089520154047000 PR-50286992520144047000 PR-50288338120164047000
PR-50289844720164047000 PR-50290751120144047000 PR-50291459120154047000
PR-50293843220144047000 PR-50293984520164047000 PR-50294484220144047000
PR-50294492720144047000 PR-50294519420144047000 PR-50294536420144047000
PR-50295084420164047000 PR-50297373820154047000 PR-50297397120164047000
PR-50297867920154047000 PR-50298098820164047000 PR-50299042120164047000
PR-50299310420164047000 PR-50299527720164047000 PR-50301164220164047000
PR-50301649820164047000 PR-50301736020164047000 PR-50301810820144047000
PR-50301863020144047000 PR-50301923720144047000 PR-50301984420144047000
PR-50304247820164047000 PR-50305919520164047000 PR-50306481620164047000
PR-50307507220154047000 PR-50308075620164047000 PR-50308667820154047000
PR-50308688220144047000 PR-50308713720144047000 PR-50308838020164047000
PR-50308843620144047000 PR-50309371720144047000 PR-50310653720144047000
PR-50311716220154047000 PR-50312239220144047000 PR-50313465620154047000
PR-50313661320164047000 PR-50314161020144047000 PR-50314591020154047000
PR-50314914920144047000 PR-50315053320144047000 PR-50315174720144047000
PR-50315267220154047000 PR-50315344920154047000 PR-50315414120154047000
PR-50315734620154047000 PR-50316510620164047000 PR-50317524320164047000
PR-50318592420154047000 PR-50319265220164047000 PR-50319294120154047000
PR-50321343620164047000 PR-50321728220154047000 PR-50322221120154047000
PR-50323771420154047000 PR-50324802120154047000 PR-50325068220164047000
PR-50325174820154047000 PR-50325200320154047000 PR-50325215120164047000
PR-50325319520164047000 PR-50325397220164047000 PR-50325422720164047000
PR-50325474920164047000 PR-50325507220144047000 PR-50325518620164047000
PR-50327001920154047000 PR-50328300920154047000 PR-50328466020154047000
PR-50330362320154047000 PR-50330561420154047000 PR-50331600620154047000
PR-50331774220154047000 PR-50331973320154047000 PR-50333039220154047000
PR-50333558820154047000 PR-503336303720154047000 PR-50337005420154047000
PR-50338547220154047000 PR-50342435720154047000 PR-50345735420154047000
PR-50347788320154047000 PR-50352663820154047000 PR-50353097220154047000
PR-50353417720154047000 PR-50355980520154047000 PR-50356742920154047000
PR-50358821320154047000 PR-50358882020154047000 PR-50359583720154047000
PR-50361194720154047000 PR-50361255420154047000 PR-50363091020154047000
PR-50364286820154047000 PR-50365187620154047000 PR-50365282320154047000
PR-50367802620154047000 PR-50368929220154047000 PR-50370938420154047000
PR-50375372020154047000 PR-50375631820154047000 PR-50378516320154047000
PR-50391446820154047000 PR-50392217720154047000 PR-50392961920154047000

Superior Tribunal de Justiça

PR-50394755020154047000 PR-50395058520154047000 PR-50396971820154047000
PR-50399500620154047000 PR-50400730420154047000 PR-50400748620154047000
PR-50400939220154047000 PR-50400947720154047000 PR-50400964720154047000
PR-50401008420154047000 PR-50401146820154047000 PR-50402498020154047000
PR-50404480520154047000 PR-50404498720154047000 PR-50407970820154047000
PR-50416034320154047000 PR-50417324820154047000 PR-50418491020134047000
PR-50418612420134047000 PR-50422021620144047000 PR-50422409120154047000
PR-50423477220144047000 PR-50423806220144047000 PR-50423900920144047000
PR-50424160720144047000 PR-50425292420154047000 PR-50426392320154047000
PR-50426557420154047000 PR-50426773520154047000 PR-50429568920134047000
PR-50430734620144047000 PR-50430904820154047000 PR-50430991020154047000
PR-50431250820154047000 PR-50431306420144047000 PR-50431528820154047000
PR-50431606520154047000 PR-50431623520154047000 PR-50431753420154047000
PR-50433636120144047000 PR-50435191520154047000 PR-50439550820144047000
PR-50439975720144047000 PR-50440097120144047000 PR-50440535620154047000
PR-50440881620154047000 PR-50444432620154047000 PR-50444441120154047000
PR-50444640220154047000 PR-50446399320154047000 PR-50448498120144047000
PR-50448662020144047000 PR-50449225320144047000 PR-50449415920144047000
PR-50449571320144047000 PR-50449883320144047000 PR-50450220820144047000
PR-50451043920144047000 PR-50451079120144047000 PR-50451096120144047000
PR-50451217520144047000 PR-50452418420154047000 PR-50454161520144047000
PR-50454291420144047000 PR-50454638620144047000 PR-50454647120144047000
PR-50454681120144047000 PR-50454716320144047000 PR-50454750320144047000
PR-50454790620154047000 PR-50454802520144047000 PR-50455007920154047000
PR-50455041920154047000 PR-50455293220154047000 PR-50458446020154047000
PR-50458523720154047000 PR-50458697320154047000 PR-50458722820154047000
PR-50458783520154047000 PR-50458896420154047000 PR-50458913420154047000
PR-50459051820154047000 PR-50459104020154047000 PR-50459156220154047000
PR-50459208420154047000 PR-50459245820144047000 PR-50459514120144047000
PR-50459773920144047000 PR-50459883420154047000 PR-50460195420154047000
PR-50461018520154047000 PR-50461226120154047000 PR-50461234620154047000
PR-50461269820154047000 PR-50461295320154047000 PR-50462143920154047000
PR-50462221620154047000 PR-50462265320154047000 PR-50462589220144047000
PR-50462715720154047000 PR-50463105420154047000 PR-50463896720144047000
PR-50466448820154047000 PR-50466465820154047000 PR-50467179420144047000
PR-50467452820154047000 PR-50467522020154047000 PR-50467603120144047000
PR-50467660420154047000 PR-50467903220154047000 PR-50467955420154047000
PR-50468146020154047000 PR-50468301420154047000 PR-50468345120154047000
PR-50468397320154047000 PR-50468466520154047000 PR-50470902820144047000
PR-50470955020144047000 PR-50471430920144047000 PR-50472297720144047000
PR-50473350520154047000 PR-50473368720154047000 PR-50473385720154047000
PR-50473819120154047000 PR-50473836120154047000 PR-50474774320144047000
PR-50474835020144047000 PR-50474843520144047000 PR-50475265020154047000
PR-50475507820154047000 PR-50475773220134047000 PR-50477834620134047000
PR-50478868220154047000 PR-50479257920154047000 PR-50479688420134047000
PR-50480548420154047000 PR-50480573920154047000 PR-50480582420154047000
PR-50480614720134047000 PR-50480695320154047000 PR-50481117320134047000
PR-50482029520154047000 PR-50482530920154047000 PR-50483738620144047000
PR-50484018820134047000 PR-50484572420134047000 PR-50485508420134047000
PR-50485952020154047000 PR-50486301420144047000 PR-50486410920154047000
PR-50486446120154047000 PR-50486749620154047000 PR-50487399120154047000
PR-50487436520144047000 PR-50487453520144047000 PR-50487883520154047000
PR-50487900520154047000 PR-50488700320144047000 PR-50489079320154047000
PR-50489676620154047000 PR-50489762820154047000 PR-50490112220144047000
PR-50490187720154047000 PR-50490623320144047000 PR-50491056720144047000

Superior Tribunal de Justiça

PR-50491247320144047000 PR-50491498620144047000 PR-50491608120154047000
PR-50491610320144047000 PR-50491949020144047000 PR-50492009720144047000
PR-50492018220144047000 PR-50492121420144047000 PR-50492320520144047000
PR-50492511120144047000 PR-50492632520144047000 PR-50492710220144047000
PR-50492745420144047000 PR-50494153920154047000 PR-50494907820154047000
PR-50495571420134047000 PR-50495655420144047000 PR-50495979320134047000
PR-50497477420134047000 PR-50497964720154047000 PR-50498261920144047000
PR-50498310720154047000 PR-50498980620144047000 PR-50499688620154047000
PR-50500701120154047000 PR-50501532720154047000 PR-50502251420154047000
PR-50502713720144047000 PR-50505023020154047000 PR-50505459820144047000
PR-50507509320154047000 PR-50507543320154047000 PR-50507551820154047000
PR-50507884220144047000 PR-50507901220144047000 PR-50508305720154047000
PR-50509856020154047000 PR-50509908220154047000 PR-50511478920144047000
PR-50512924820144047000 PR-50513536920154047000 PR-50513562420154047000
PR-50513779720154047000 PR-50513796720154047000 PR-50519252520154047000
PR-50520148220144047000 PR-50520156720144047000 PR-50520190720144047000
PR-50520225920144047000 PR-50520300220154047000 PR-50520320620144047000
PR-50523289120154047000 PR-50523314620154047000 PR-50527211620154047000
PR-50527670520154047000 PR-50527705720154047000 PR-50528770420154047000
PR-50529402920154047000 PR-50529463620154047000 PR-50529723420154047000
PR-50531334420154047000 PR-50532339620154047000 PR-50533433220144047000
PR-50533551220154047000 PR-50536201420154047000 PR-50536270620154047000
PR-50536297320154047000 PR-50536305820154047000 PR-50537382420144047000
PR-50537443120144047000 PR-50537512320144047000 PR-50537564520144047000
PR-50537755120144047000 PR-50537910520144047000 PR-50538075620144047000
PR-50538360920144047000 PR-50538456820144047000 PR-50539244720144047000
PR-50541199520154047000 PR-50541216520154047000 PR-50541692420154047000
PR-50542475220144047000 PR-50543165020154047000 PR-50543347120154047000
PR-50545339320154047000 PR-50546975820154047000 PR-50547486920154047000
PR-50548831820144047000 PR-50549435420154047000 PR-50549496120154047000
PR-50551782120154047000 PR-50554236620144047000 PR-50556078520154047000
PR-50556470420144047000 PR-50556497120144047000 PR-50557054120134047000
PR-50557126220154047000 PR-50557239120154047000 PR-50561569520154047000
PR-50562386320144047000 PR-50562593920144047000 PR-50562767520144047000
PR-50563327420154047000 PR-50564248620144047000 PR-50565024620154047000
PR-50565041620154047000 PR-50565085320154047000 PR-50569115620144047000
PR-50569167820144047000 PR-50569635220144047000 PR-50570515620154047000
PR-50570977920144047000 PR-50571237720144047000 PR-50571445320144047000
PR-50571470820144047000 PR-50571506020144047000 PR-50571679620144047000
PR-50571835020144047000 PR-50571843520144047000 PR-50573381920154047000
PR-50573540720144047000 PR-50574087020144047000 PR-50575316820144047000
PR-50576243120144047000 PR-50577225020134047000 PR-50577250520134047000
PR-50579222320144047000 PR-50580478820144047000 PR-50580582020144047000
PR-50580642720144047000 PR-50581782920154047000 PR-50581887320154047000
PR-50582228220144047000 PR-50585637420154047000 PR-50586408320154047000
PR-50588001120154047000 PR-50588260920154047000 PR-50589360820154047000
PR-50591260520144047000 PR-50594941420144047000 PR-50596592720154047000
PR-50607794220144047000 PR-50608158420144047000 PR-50608934420154047000
PR-50609300820144047000 PR-50609653120154047000 PR-50614260320154047000
PR-50614762920154047000 PR-50615481620154047000 PR-50615776620154047000
PR-50615785120154047000 PR-50617058620154047000 PR-50617448320154047000
PR-50621535920154047000 PR-50622428220154047000 PR-50622895620154047000
PR-50625692720154047000 PR-50625814120154047000 PR-50626484020144047000
PR-50629149020154047000 PR-50630136020154047000 PR-50630785520154047000
PR-50630846220154047000 PR-50631954620154047000 PR-50631989820154047000

Superior Tribunal de Justiça

PR-50634044920144047000 PR-50637093320144047000 PR-50640453720144047000
PR-50641917820144047000 PR-50642506620144047000 PR-50648699320144047000
PR-50649062320144047000 PR-50651747720144047000 PR-50652059720144047000
PR-50654865320144047000 PR-50655653220144047000 PR-50657559220144047000
PR-50657628420144047000 PR-50657662420144047000 PR-50658190520144047000
PR-50658242720144047000 PR-50662633820144047000 PR-50662650820144047000
PR-50662738220144047000 PR-50673044020144047000 PR-50673096220144047000
PR-50679046120144047000 PR-50680691120144047000 PR-50690443320144047000
PR-50695146420144047000 PR-50695908820144047000 PR-50697995720144047000
PR-50701303920144047000 PR-50704196920144047000 PR-50706690520144047000
PR-50709436620144047000 PR-50713792520144047000 PR-50716989020144047000
PR-50720842320144047000 PR-50724072820144047000 PR-50724359320144047000
PR-50725120520144047000 PR-50728256320144047000 PR-50734751320144047000
PR-50736458220144047000 PR-50736977820144047000 PR-50744538720144047000
PR-50750228820144047000 PR-50750323520144047000 PR-50754775320144047000
PR-50762275520144047000 PR-50763115620144047000 PR-50782480420144047000
PR-50783624020144047000 PR-50784248020144047000 PR-50785425620144047000
PR-50789573920144047000 PR-50793982020144047000 PR-50795489820144047000
PR-50796667420144047000 PR-50798416820144047000 PR-50798668120144047000
PR-50813408720144047000 PR-50816863820144047000 PR-50822025820144047000
PR-50823039520144047000 PR-50832582920144047000 PR-50833518920144047000
PR-50833605120144047000 PR-50833760520144047000 PR-50834011820144047000
PR-50838385920144047000 PR-50840030920144047000 PR-50840135320144047000
PR-50841547220144047000 PR-50843703320144047000 PR-50850112120144047000
PR-50850874520144047000 PR-50851142820144047000 PR-50856235620144047000
PR-50856287820144047000 PR-50856296320144047000 PR-50856313320144047000
PR-50861301720144047000 PR-50862730620144047000 SC-50104031020144047208
SP-00034277620144036181 SP-00108802520144036181 TRF4-50294578120164040000
TRF4-50392192420164040000

EM MESA

JULGADO: 06/10/2016

Relator

Exmo. Sr. Ministro **FELIX FISCHER**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **FELIX FISCHER**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **FRANCISCO DE ASSIS VIEIRA SANSEVERINO**

Secretário

Me. **MARCELO PEREIRA CRUVINEL**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : FERNANDO ANTONIO GUIMARAES HOURNEAUX DE MOURA
ADVOGADOS : DANIEL LAUFER - PR032484
MARIA FRANCISCA DOS SANTOS ACCIOLY - PR044119
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUINTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão

Superior Tribunal de Justiça

realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso."

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.